



Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África

ATA: CONSELHO REGIONAL DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS EM ÁFRICA, REUNIÃO ANUAL REFERENTE A ESTE ANO, QUE REALIZOU-SE NO SÁBADO, DIA 05 DE ABRIL DE 2025 E DOMINGO, DIA 06 DE ABRIL DE 2025 ÀS 10H00 NA UNIÃO CULTURAL RECREATIVA DESPORTIVA PORTUGUESA EM JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL

CONSELHEIROS PRESENTES:

1. Elizabeth Serrão (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Presidente do Conselho Regional para a África / Membro da Comissão Temática para Questões Sociais, Económicas e Fluxos Migratórios.
2. Alexandre dos Santos (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Secretário do Conselho Regional para a África / Membro da Comissão Temática para Questões Consulares e Participação Cívica e Política.
3. Vasco de Abreu (áreas Consulares de Pretória e Joanesburgo) – Membro do Conselho Permanente.
4. Manuel Coelho (Namíbia) – Membro do Conselho Permanente.
5. J.J Nóbrega Ascenso (Cabo Verde) – Membro da Comissão Temática do Ensino, Cultura, Associativismo e Comunicação Social.
6. Marisa Moroso (Angola) – Membro Suplente do Conselho Regional para a África.

AGENDA

1. Abertura e discurso da Presidente do CRA
2. Mensagem do Dr Cesário
3. Discurso da Sua Excelência, Embaixador Carlos Costa Neves
4. Leitura e aprovação da Acta da reunião presencial do CRA em Lisboa
5. Apresentação dos relatórios de actividades
6. Apresentação do Cônsul-Geral de Joanesburgo, Dr Afonso Laginha
7. Apresentação do Encarregado da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Pretória, Dr Ricardo Taveira Rodrigues
8. Apresentação do Coordenador de Educação do Ensino Português no Estrangeiro, Dr Joel Coelho
9. Apresentação do Adido Social, Engenheiro Fernando Paulo Valor
10. Voto electrónico
11. Aprovação do novo logótipo
12. Eleições de Maio de 2025
13. Assuntos Gerais – preocupação com a ausência dos conselheiros de Angola e Cidade do Cabo
14. Questões globais de África – África no contexto actual mundial
15. Propostas e Recomendações

A agenda foi aprovada por unanimidade



Ponto 1 – Abertura e discurso da Presidente do CRA

A Presidente do Conselho Regional para a África deu as boas-vindas aos convidados e conselheiros, agradecendo a presença de todos e destacando o compromisso partilhado com as comunidades portuguesas em África. Foi feito um agradecimento especial ao Sr. José Contente, presidente da União Cultural Recreativa Desportiva Portuguesa Em Joanesburgo pela cedência do espaço.

Foram mencionadas as visitas recentes do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, que reforçaram os laços com a diáspora e permitiram avanços em áreas como os serviços consulares, ensino e apoio associativo. Lamentou-se a ausência de visita a Cabo Verde e à Namíbia, manifestando-se a expectativa de futuras deslocações.

Reforçou-se o papel dos conselheiros e representantes diplomáticos como pilares fundamentais na promoção da cultura, bem-estar e integração da comunidade portuguesa no continente.

Ponto 2: Mensagem do Dr José Cesário (por telegravação)

O Dr. José Cesário deixou uma mensagem calorosa aos Conselheiros, expressando votos de uma reunião produtiva e frutuosa. Reforçou a importância do Conselho das Comunidades Portuguesas como órgão essencial de representação da diáspora portuguesa, destacando o seu papel na articulação com as comunidades e com o Governo.

Assinalou que se encontra na reta final do atual mandato governativo e fez um balanço positivo do trabalho realizado, especialmente no que diz respeito à aproximação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Destacou o papel fundamental das associações locais como parceiras no desenvolvimento das ações do Conselho.

Referiu que algumas comunidades enfrentam dificuldades acrescidas, nomeadamente na Venezuela e na África do Sul, bem como em países como Moçambique, Angola e em partes da América do Sul. Nestes contextos, têm sido mobilizados apoios e respostas consulares urgentes, face a acidentes e situações que exigiram assistência imediata e direta aos portugueses afetados.

Sublinhou a importância do apoio social prestado e a necessidade de relançar e modernizar a resposta da máquina consular. Referiu, nesse sentido, esforços para agilizar agendamentos, prolongar a validade dos passaportes a partir de 2026 e dotar os consulados com novas tecnologias, melhorando assim a sua capacidade de resposta.

No domínio do ensino da língua portuguesa, destacou a ação da rede APE em articulação com o Instituto Camões, pais e famílias, bem como a necessidade de atualizar e valorizar a carreira dos coordenadores de ensino e funcionários consulares. Assinalou que devem ser realizados contactos



Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África

com os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças para encontrar soluções que desbloqueiem entraves operacionais no terreno.

Concluiu desejando que os trabalhos do Conselho decorram com seriedade e progresso, deixando votos de bom trabalho a todos os conselheiros presentes.

Ponto 3 - Discurso da Sua Excelência, Embaixador Carlos Costa Neves

A convite dos Conselheiros, Sua Excelência, o Senhor Embaixador Carlos Costa Neves compareceu à reunião e procedeu à abertura dos trabalhos, mas antes, solicitou um minuto de silêncio pelo trágico falecimento de Comendador Bernardino Faria no dia 04 de Abril de 2025.

O mesmo agradeceu o convite e a presença dos Conselheiros na reunião, tendo felicitado o trabalho do CCP.

O Senhor Embaixador prosseguiu com a sua intervenção saudando os presentes e destacando o reforço da equipa diplomática com a chegada do novo delegado da ESEP (prevista para Maio) e do novo adido comercial (estará em funções ainda neste mês de Abril), considerando que a equipa se encontra agora completa para melhor servir a comunidade portuguesa.

Sublinhou a importância de uma abordagem abrangente à comunidade portuguesa na África do Sul, que inclui tanto cidadãos em situação de vulnerabilidade como outros que vivem com estabilidade e sucesso. Destacou a diversidade da comunidade, estimada em cerca de 700 mil pessoas, sendo a maior no continente africano, fora de Portugal.

Referiu o atual momento positivo das relações bilaterais entre Portugal e a África do Sul, reforçadas pelas visitas do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que se reuniu com o Presidente Cyril Ramaphosa. Sublinhou também a relevância da cooperação económica, com destaque para empresas como a Rangel, Mota-Engil, Shoptite, entre outras, que contribuem significativamente para a economia local.

Enalteceu o papel dos cidadãos portugueses na integração económica e social da região, destacando a sua capacidade de adaptação e interação com os sul-africanos, o que os torna particularmente valorizados.

Reconheceu o trabalho da secção consular e consulado geral, nomeadamente dos Drs. Ricardo e Afonso Laginha, reforçando que, apesar das limitações, o serviço tem sido eficaz e próximo da comunidade.

Por fim, abordou a importância de envolver os jovens na preservação da língua e cultura portuguesas, elogiando o trabalho do Instituto Camões e partilhando exemplos de autodidatismo linguístico, como o da Conselheira Dra. Elizabeth Serrão. Incentivou o reforço de atividades culturais e desportivas como forma de estreitar os laços entre os jovens e as suas origens.



Ponto 4 - Leitura e aprovação da Acta da reunião presencial do CRA em Lisboa

Foi estipulado que o Conselheiro J J Correia Nóbrega Ascenso esteve ausente devido ao seu estado de saúde, na qual a lista dos conselheiros presentes deve ser alterada na ata.

Similarmente, o Conselheiro Rui dos Santos encontrou-se ausente durante algum tempo no período na qual os Conselheiros do Conselho Regional em África encontravam-se reunidos, na qual deu o seu voto ao Conselheiro Manuel Coelho, no entanto retornou e esteve presente durante o restante da reunião.

O cabeçalho da reunião similarmente deve ser alterado para ler “Outubro” ao invés de “Julho”.

Os Conselheiros aprovaram a ata, sujeita às alterações supramencionadas.

Ponto 5 - Apresentação dos relatórios de actividades

A Presidente do CRA solicitou que a apresentação dos relatórios de actividades fosse apresenada de ordem alfabetizada, ou seja, de acordo com a alfabetização de cada país representante. Neste sentido, a apresentação procedeu da seguinte forma:

1. **África do Sul (ultimo a apresentar pois organizou a reunião)**
 - O Conselheiro Alexandre indicou que a ideia é apresentar um relatório em grupo referente a Joanesburgo. Este relatório deve ser remetido à comissão permanente a pedido do seu presidente, que prefere relatórios mais curtos. Pretoria terá um relatório separado, com vinte aspectos a relatar. A Presidente solicitou que os relatórios fossem apresentados por escrito com antecedência, isto foi comunicado aos conselheiros por email.
2. **Angola**
 - A Conselheira Marisa Moroso informou que não tem muito conhecimento ou informações a prestar sobre os trabalhos em Angola. A última comunicação que teve com o Conselheiro Diogo Leal foi em 2023, durante as eleições. No entanto, confirmou que se constituiu o Conselho Consultivo na mesma época da visita do Secretário de Estado a Luanda, em Março de 2025.
3. **Cabo Verde**
 - Não existe um conselho consultivo em Cabo Verde, apesar dos pedidos do Conselheiro Ascenso aos corpos diplomáticos responsáveis. É necessário esclarecer os custos arcados pelo Conselheiro durante suas visitas a outras ilhas a pedido dos diplomatas e políticos, em sua capacidade de conselheiro das comunidades portuguesas.
 - O seu relatório por escrito deverá ser entregue após o seu retorno a Cabo Verde.
4. **Namíbia**
 - O Conselheiro Manuel Coelho apresentou o seu relatório à Presidente do CRA antes da reunião, com uma cópia disponibilizada a todos os Conselheiros. Destacou que, no



suas recomendações, mencionou problemas relacionados aos recursos humanos na Embaixada. A Dra. Joana Vasconcelos e seu esposo deixarão a embaixada em breve, ficando apenas o cônsul e uma nova funcionária. Nos aspectos sociais e de ensino, não há grandes problemas, pois ambos os responsáveis participam das reuniões do conselho consultivo. O Conselheiro também se reuniu com a nova presidente da Namíbia, apresentando um documento em nome da comunidade portuguesa sobre a transformação econômica na Namíbia e recebeu um convite para apresentar um documento à comissão econômica do país.

- A Presidente sugeriu que o Conselheiro Alexandre dos Santos preparasse um documento resumido dos relatórios de atividades das áreas de Pretoria e Joanesburgo, para facilitar a redação da ata.

Ponto 6 - Apresentação do Cônsul-Geral de Joanesburgo, Dr Afonso Laginha

O Cônsul-Geral fez uma breve apresentação sobre sua trajetória profissional, destacando suas posições anteriores e seu trabalho atual. O Consulado-Geral serve a maior comunidade portuguesa e luso-descendente em África, abrangendo as províncias de Gauteng (excluindo Pretoria), Limpopo, Noroeste, Mpumalanga, Free State e Kwazulu Natal, além de Lesoto e Botswana. Em 2024, foram realizados mais de 30 mil atos consulares. O consulado mantém presenças consulares em diversas localidades, incluindo Nelspruit, Rustenburg, Klerksdorp, Welkom, Witbank, Bloemfontein, Polokwane e Gaborone, com planos de expandir para Kwazulu Natal. Essas presenças devem ter público, pois contam com duas funcionárias destacadas por um a três dias, o que gera dificuldades operacionais para o consulado nesses dias, sendo que a próxima presença consular está agendada para Nelspruit na semana seguinte.

O envelhecimento da comunidade portuguesa na África do Sul é uma realidade evidente, agravada pela falta de fluxo migratório português e por um lento, mas persistente, êxodo de luso-descendentes que nasceram no país. Estima-se que existam entre 250 mil a um milhão de sul-africanos de descendência portuguesa. O Cônsul-Geral também mencionou empresas de capital português que atuam na região, como Mota-Engil, Hotel Kruger Park, Armazéns Rangel, Improvon, Nando's, Casa das Natas, Vida e Café, e Bem Bom.

Em relação aos movimentos associativos, o projeto Luso África e o Lar Santa Isabel receberam financiamento, embora os valores não tenham sido especificados. O projeto Luso África promove atividades no Centro do Dia todas as quartas-feiras, e o lar está renovando seis novos quartos. O apoio social é uma grande preocupação, pois a África do Sul não é um estado socialista e os pagamentos são baixos, exigindo esforços do consulado nesse sentido. As funções do consulado são limitadas a atos notariais, como provas de vida, e há problemas com os correios na RSA, com os formulários de pensão sendo recebidos via mala diplomática, o que tem sido problemático.

O Cônsul-Geral também informou sobre a criação do conselho consultivo, cuja primeira reunião está agendada para 14 de Abril de 2025, e que será composto por conselheiros e outros especialistas, incluindo Dra. Elizabeth Serrão, Sr. Vasco Abreu, Sr. Alexandre dos Santos, o Adido Social e o Coordenador da Educação, entre outros. As marcações para registos civis no



Consulado-Geral a partir de julho, e passaportes e cartões de cidadão podem ser feitos sem marcação prévia. O Cônsul-Geral ressaltou que não recebem gratificação nas presenças consulares, pois as despesas são arcadas por membros da comunidade ou pelo corpo diplomático. O envelhecimento dos quadros no consulado é uma preocupação, com necessidade de renovação. Por fim, o Cônsul-Geral informou que o voto antecipado ocorrerá entre 6 e 8 de Maio, com a remessa de votos para países estrangeiros começando no dia 8.

Ponto 7 - Apresentação do Encarregado da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Pretória, Dr Ricardo Taveira Rodrigues

O Dr. Ricardo Rodrigues iniciou a sua apresentação fazendo uma introdução sobre a sua posição e tempo de serviço. Ele ressaltou que é responsável pela seção consular da Embaixada de Portugal em Pretória, que também tem jurisdição em Madagascar. Observou que há muitos portugueses em França que casam com cidadãos de Madagascar, resultando num aumento de atividades na área. No entanto, os recursos humanos são limitados, com apenas três funcionárias, o que representa a primeira vez na história em que a seção opera com tão poucos recursos. Atualmente, apenas uma funcionária pratica atos notariais e registros.

O Dr. Ricardo tem trabalhado para melhorar o tempo de resposta nas marcações, realizando mais procurações e registros de crianças. Estima-se que, nesta fase, são praticados cerca de 30 mil atos consulares. Com a saída ascendente de portugueses da África do Sul, houve uma diminuição na emissão de cartões de cidadão, enquanto os atos mais complexos têm aumentado. No ano passado, foram emitidos metade dos cartões emitidos no ano anterior. Ele destacou que os atos notariais e registros exigem mais pesquisa e levam mais tempo, devendo ser realizadas diligências para garantir a conformidade com a lei.

Para o tratamento de cartões de cidadão e passaportes, não é necessário agendar, mas é aconselhável, dada a limitação de pessoal na embaixada. O Dr. Ricardo assume a função de notário e registros civis, com um tempo de resposta em torno de uma semana, preferindo que os pedidos sejam feitos por e-mail, pois em muitos casos não é necessário deslocar-se até a embaixada. Ele prioriza o atendimento por e-mail devido à falta de recursos humanos e informou que os atendimentos telefônicos ocorrem das 15h às 16h todos os dias, reconhecendo que esse horário é muito limitado, especialmente considerando os constrangimentos da maioria de faixa etária mais avançada da nossa comunidade.

Os pedidos por e-mail têm aumentado, provavelmente devido a uma maior divulgação entre a comunidade. Apesar da jurisdição ser Pretória e Madagascar, em casos de urgência, também se atendem pessoas de outras jurisdições. O Dr. Ricardo mencionou que estão aprimorando a comunicação por meio do portal criado na *web*, disponibilizando também folhetos aos usuários e colocando informações em prateleiras na entrada da embaixada, para facilitar o acesso à informação. Nos e-mails, há um link para o site, onde o público pode avaliar os serviços da embaixada, e essa divulgação de informações permite assim acelerar processos.

Ele destacou que pese embora o progresso assinalável registado com um aumento no número de atos consulares, a média de idades do pessoal que presta serviço no consulado, na ordem dos 60 anos



evidencia a proximidade de aposentações, sem que até agora se tenha projectado qualquer plano de sucessão. Informou também que ele próprio planeia terminar a sua comissão de serviços no próximo ano. Lisboa está ciente da situação e, apesar de tudo, acredita que a seção consular estará sempre disposta para ajudar os membros da comunidade na área. Por fim, informou que o Conselho Consultivo de Pretória está formado, reunindo-se com frequência e atuando em conformidade com a lei.

Ponto 8 - Apresentação do Coordenador de Educação do Ensino Português no Estrangeiro, Dr Joel Coelho

O Dr Joel Coelho procedeu com a sua apresentando, alaborando aspectos importantíssimos que tem afectado o ensino da lingua portuguesa na África do Sul e noutros países africanos de acolhimento.

Foi destacada a existência de políticas linguísticas nos países da região, como no caso da África do Sul, que tendem a favorecer as línguas oficiais locais, dificultando a implementação e expansão do ensino do português.

Desde 2018, alguns horários de docência permanecem por prover, agravando-se ainda mais após 2020.

Verificou-se também uma redução no número de alunos e professores, com impacto direto na capacidade de resposta da rede EPE.

A instabilidade social e a percepção de insegurança em alguns países, bem como a falta de atratividade salarial e de condições de trabalho, foram apontadas como fatores críticos na dificuldade de recrutamento de professores.

8.1 – Situação Atual do Ensino do Português

No ensino básico e secundário:

Rede composta por 25 horários (7 em comissão de serviço, 18 em contrato local).

Distribuídos entre Pré-escolar, 1.º e 2.º CEB (10 horários), e 3.º CEB e Secundário (15 horários).

Professores: crescimento de 12 (2021) para 17 (2025 – dados provisórios).

Alunos: cerca de 1200 em 2024.

No ensino superior:

4 leitorados e 3-4 protocolos de apoio à docência em 7 / 8 universidades, na África do Sul, Namíbia, Botswana e Zimbabué.



Mais de 1000 alunos frequentam aulas de português ao abrigo de acordos de cooperação.

8.2 – Causas da Redução de Efetivos

Concorrência de projetos de cooperação mais atrativos financeiramente.

Recusas de candidatos por questões logísticas e salariais. Na maioria dos casos os salários e condições de trabalho e regalias são considerados incomportáveis face ao custo de vida nos países de acolhimento. Na África do Sul, por exemplo, não existem transportes públicos adequados, obrigando à compra de viatura pessoal, com os elevados custos associados ao preço e custo de manutenção, bem como do combustível, no uso da viatura.

Menor disponibilidade de professores para a emigração, dada a atual carência em Portugal.

8.3 – Medidas em Execução

Em Portugal:

Sessões de divulgação junto a universidades e promoção ativa em redes sociais (especialmente LinkedIn).

Localmente:

Revisão e diversificação de horários, com foco em escolas frequentadas por lusodescendentes.

Sessões de esclarecimento com universidades e comunidades.

Atividades culturais regulares (cinema, seminários, Dia EPE).

Acordos de comunicação (ex: Voz Portuguesa, Fórum Português).

8.4 – Certificação e Protocolos

Realização anual de exames para jovens em Joanesburgo, Windhoek e Harare que desejam certificação na língua portuguesa (74 candidatos em 2024).

CAPLE para adultos com 64 inscrições na África do Sul e 9 na Namíbia (2024).

Protocolos com universidades e ministérios locais em fase de implementação ou expansão.

Foi reafirmada a convicção de que, apesar dos desafios, com trabalho articulado e medidas adequadas, será possível transformar as dificuldades em oportunidades, assegurando uma oferta de língua e cultura portuguesas relevante e motivo de orgulho para as comunidades lusas na região.



Ponto 9 - Apresentação do Adido Social, Engenheiro Fernando Paulo Valor

9.1 -O Engenheiro Fernando Paulo Valor, na sua capacidade de Adido Social, fez uma apresentação sobre a atual situação social dos portugueses na África do Sul. Ele destacou que o apoio social aos emigrantes carenciados das comunidades portuguesas (ASEC-CP) é uma medida do Estado português destinada a apoiar os portugueses residentes no exterior e suas famílias que enfrentam situações de absoluta carência de meios de subsistência ou que demonstram grande fragilidade, não superável pelos mecanismos de proteção social e de saúde existentes nos países de acolhimento.

Os emigrantes que não têm contribuições em Portugal podem optar pela contribuição voluntária, e o Engenheiro Fernando esclareceu como esse processo funciona e qual o retorno esperado. Também mencionou os Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), que são estruturas de suporte aos cidadãos portugueses emigrados que desejam retornar a Portugal ou iniciar um processo de imigração. Os GAE tratam de assuntos como segurança social estrangeira, comunitária e extracomunitária, acompanhamento de processos relacionados à segurança social, equivalência de estudos, dupla tributação e estatuto do residente não habitual em Portugal, entre outros.

No domínio do apoio social, atualmente, estão em fase de preparação algumas situações, como a adaptação de casas de banho do Lar Nossa Senhora de Fátima para cadeiras de rodas e o melhoramento das salas de aula na APF Vanderbijlpark.

9.2 - O programa "Regressar" oferece apoio financeiro concedido pelo IEFPP, IP aos emigrantes ou familiares de emigrantes que iniciem atividades laborais em Portugal continental, além de apoios complementares para a comparticipação das despesas relacionadas ao seu regresso e do seu agregado familiar.

Esse programa está ativo até 2026, conforme se indica a seguir:

Síntese dos apoios máximos a conceder			
Apoio e comparticipações		Montante máximo elegível	Valor máximo elegível
Apoio financeiro	Contratos de trabalho por tempo indeterminado ou criação de empresas ou do próprio emprego	7 x IAS	€ 3.363,01
	Contratos de trabalho a termo resolutivo certo com duração inicial igual ou superior a 12 meses ou a termo resolutivo incerto com duração previsível igual ou superior a 12 meses	5 x IAS	€ 2.402,15
Apoios complementares			
Custos de viagem do destinatário e membros do agregado familiar	Viagens com origem em país da Europa	0,75 x IAS (até 3 x IAS)	€ 360,32 (até € 1.441,29)
	Viagens com origem em país fora da Europa	1,25 x IAS (até 3 x IAS)	€ 600,54 (até € 1.441,29)
Custos de transporte de bens para Portugal por agregado familiar		3 x IAS	€ 1.441,29
Custos com o reconhecimento de qualificações académicas ou profissionais do destinatário		até 1,5 x IAS	até € 720,65
Majorações			
Majoração do apoio por cada membro do agregado familiar que fixe residência em Portugal		20% x (7 IAS ou 5 IAS) (até 3 x IAS)	€ 672,60 ou € 480,43 (até € 1.441,29)
Majoração do apoio por local de trabalho contratualmente definido ou a atividade profissional desenvolvida por conta própria em território do interior		25% x (7 IAS ou 5 IAS)	€ 840,75 ou € 600,54



9.3 - Foi mencionado que existe um acordo de não dupla tributação entre Portugal e a África do Sul, conforme a Resolução da Assembleia da República n.º 53/2008, que aprova a convenção entre a República Portuguesa e a República da África do Sul para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento. Este acordo foi assinado em Lisboa no dia 13 de novembro de 2006 e entrou em vigor em 22 de outubro de 2008.

9.4 - Em relação ao acesso ao ensino superior, foi destacado que os emigrantes e luso-descendentes estão excluídos do acesso a mestrados de 2.º ciclo (mestrados não integrados). No entanto, existe a possibilidade de acesso para cidadãos não portugueses, ou seja, aqueles que não estão registados ou estão registados com nacionalidade diferente da portuguesa por um dos progenitores, mas que residem com um cidadão português. As condições de candidatura limitam-se a emigrantes portugueses ou familiares que residam com eles, bem como luso-descendentes.

9.5 - Adicionalmente, foi explicado que a ativação da Chave Móvel Digital pode ser realizada presencialmente ou por meio de telemóvel. Com a aplicação móvel gov.pt, é possível ativar a chave móvel por biometria, utilizando o cartão de cidadão, sendo que os novos cartões possuem um chip que pode ser escaneado para este procedimento.

Ponto 10 - Voto electrónico

Foi informado que o voto eletrónico ainda não foi implementado nas comunidades. Este assunto deve ser abordado pelos conselheiros, prossequindo a luta que tem sido veiculada pelos CCP anteriores, remetendo-se esta matéria para a atenção da Comissão Temática dos Assuntos Consulares e Participação Política e Cívica, uma vez que continua a ser uma das maiores reivindicações e aspirações das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Ponto 11 - Aprovação do novo logótipo

Os conselheiros aprovaram que o mesmo seja alterado conforme a proposta apresentada pela CPP, visto que o atual se revela obsoleto, havendo necessidade de o atualizar.

Ponto 12 - Eleições de Maio de 2025

Marcadas para o dia 18 de Maio onde o voto será feito sob o formato presencial ou postal. No caso das comunidades residentes no estrangeiro, os cidadãos que desejam votar presencialmente devem expressá-lo por comunicação ao posto consular onde se encontrem recenseados, caso contrário terão que optar pelo voto postal. Contudo, o prazo para tal



comunicação foi considerado demasiado curto desde que a data das eleições foram anunciadas pelo PR e de forma a se cumprir com o preceituado na lei eleitoral. Prevê-se, por isso, que na ausência de outras opções de voto, se venha a repetir as grandes falhas na expedição dos votos postais na RAS, por motivo da não funcionalidade dos serviços postais sul-africanos.

Os conselheiros advogam, de igual modo, que deve-se divulgar mais a situação das eleições, utilizando todos os meios de comunicação possíveis, tais como consulados, clubes, lares, igrejas, associações etc., havendo para isso devida dotação orçamental, já que são lugares mais frequentados pela Comunidade.

Ponto 13 - Assuntos Gerais

13.1 - Preocupação com a ausência dos conselheiros de Angola e Cidade do Cabo

O Conselheiro Alexandre dos Santos expressou a sua preocupação com a ausência e a falta de comunicação do Conselheiro Diogo Leal, lamentando a sua tardia comunicação sobre o pedido de suspensão do mandato. O Conselheiro Rui Santos e sua suplente informaram que não poderiam estar presentes, não tendo contudo fornecido um relatório sobre as suas atividades na comunidade da Cidade do Cabo, gerando apreensão quanto à falta de informação a fornecer ao Conselho Permanente sobre a actividade do mandato do conselheiro naquela área.

13.2 - A Conselheira Marisa Moroso, suplente de Diogo Leal, relatou que a última comunicação que teve com o Conselheiro Diogo foi em 2023, durante a finalização da candidatura e dos votos, e desde então não houve mais contato. Mensagens da Presidente, do Secretário e de outros conselheiros do CRA permaneceram sem resposta, o que levou à intervenção do Secretário de Estado para as Comunidades Portuguesas. A conselheira Marisa solicitou esclarecimentos sobre o seu papel como suplente durante a suspensão do mandato do Conselheiro Diogo Leal, e a Presidente sugeriu que essa questão fosse discutida com a dra Ana Ferreira, que confirmou que Marisa assume plenamente o papel de conselheira, bem como os cargos internos que Diogo Leal ocupava, exceptuando o de membro do Conselho da Juventude. Além disso, deve-se discutir a posição do Conselheiro Diogo Leal na sua Comissão Temática, cujas reuniões estão marcadas para Maio de 2025 que, caso alargue o prazo da sua suspensão do mandato, caberá ao conselheiro suplente (cons JJ Nóbrega, de Cabo Verde) avançar em sua substituição.



13.3 - Por fim, cada conselheiro concordou em preparar um orçamento para suas respectivas áreas, que será enviado à Presidente e ao Secretário para a elaboração de um relatório/proposta de orçamento a ser apresentado ao Conselho Permanente.

Ponto 14 - Questões globais de África – África no contexto mundial atual

14.1 - O Conselheiro Ascenço sugeriu a inclusão do tema do mercado da pesca e turismo em Cabo Verde na agenda, abordando a preocupação com a crescente presença de empresários espanhóis nessas áreas. Tradicionalmente, os comerciantes portugueses dominaram o setor, mas atualmente os espanhóis têm liderado, investindo na construção de hotéis em várias partes do país. Os governantes e outros empresários também reconheceram a presença empresarial espanhola, o que torna importante que essa questão seja discutida com o Governo Português.

14.2 - O Conselheiro Alexandre Santos reforçou semelhante preocupação, destacando a situação atual política, económica e financeira em África e na África Austral em particular, sendo que, como conselheiros, é fundamental estarem atentos ao que ocorre no continente, com realce às suas possíveis consequências para as comunidades portuguesas aqui residentes. A África, sendo o segundo maior continente do mundo, com uma população de perto de 1,4 mil milhões de habitantes, enfrenta numerosos desafios políticos e económicos, sendo palco do maior número de conflitos sociais, tribais e militares no mundo inteiro, vivendo situações de intensa acção humanitária, com milhões de deslocados e refugiados, algumas vítimas das inclementes mudanças climáticas. O conflito bélico que tem vindo a ocorrer na República Democrática do Congo, bem como o conflito armado na província de Cabo Delgado e os recentes tumultos eleitorais vividos em Moçambique representam uma potencial ameaça à paz e ao desenvolvimento na África Austral. Por outro lado, a política externa da África do Sul tem tido reflexos negativos sobretudo nas suas relações políticas e económicas com o atual governo dos EUA, sendo crucial alertar o governo português sobre as possíveis consequências que a crise em África, especialmente na África Austral possa ter para as comunidades portuguesas neste espaço geográfico.

Ponto 15 - Propostas e Recomendações

Face as discussões e apresentações supracitadas, os conselheiros membros do CRA apresentam as seguintes propostas e recomendações:

1. Revisão da tabela salarial, condições de trabalho e carreira dos professores na área do EPE.
2. Revisão da tabela salarial do pessoal dos consulados e seções consulares.



Conselho Regional das Comunidades Portuguesas em África

3. Reforço de recursos humanos nas áreas consulares de Joanesburgo e Pretória, face à eminente proximidade de aposentação de alguns dos seus funcionários e à ausência do respectivo plano de sucessão.
4. Revisão da Lei 66 a curto prazo, de acordo com as recomendações do Conselho das Comunidades Portuguesas, reiterando as propostas dos anteriores conselhos.
5. Uniformização da metodologia de votos para superar os atuais desafios enfrentados com as insuficiências dos métodos existentes, designadamente os que respeitam ao voto postal.
6. Aumento do número de deputados no círculo da emigração face ao universo de votantes existente nos sub círculos da Europa e fora da Europa, reiterando as propostas de anteriores conselhos.
7. Aumento do orçamento do CCP, designadamente no que se aplica ao Conselho Regional de África, face ao aumento de mais 2 países (Angola e Cabo Verde) que agora compoem este órgão.
8. Implementação imediata do conselho consultivo consular em Cabo Verde em cumprimento da lei. Já que se verifica ter sido o único país onde não se criou formalmente o respectivo CC.
9. Ficou aprovado que a próxima reunião do CRA em 2026 se realize em Windhoek, Namíbia.

Joanesburgo, 6 de Abril de 2025

Presidente do Conselho Regional de África
Elizabeth Conceição Antunes Gomes Serrão

Secretário do Conselho Regional de África
Alexandre Santos